

Para além da pedra e cal: o Museu Nacional e as ações de preservação do patrimônio arqueológico e etnográfico (1937-1955)

Walter Francisco Figueiredo Lowande*

Resumo

Quando se fala em políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, a primeira coisa que nos vem à mente é a trajetória institucional iniciada em 1937 com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Neste artigo, pretendemos chamar a atenção para outras ações relacionadas à salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, neste caso a partir da atuação dos antropólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que voltaram seus esforços para a proteção daquilo que consideravam, a partir de um viés antropológico específico, o principal bem cultural brasileiro: suas culturas indígenas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Museu Nacional. Culturas Indígenas.

Abstract

When public policies related to the protection of Brazilian cultural heritage are discussed, the first thing which comes to mind is the institutional path initiated in 1937 with the *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. In this paper, we aim to draw the attention to other actions concerned with safeguarding Brazilian cultural heritage, in this case primarily considering the work of the National Museum of Rio de Janeiro's anthropologists, who turned their efforts to the protection of which they considered, from a specific anthropological bias, the main Brazilian cultural property: its indigenous cultures.

Keywords: Cultural Heritage. Museu Nacional. Indigenous Cultures.

* Professor Assistente da Universidade Federal de Alfenas, MG. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História do IFCH-Unicamp (wartelowande@yahoo.com.br).

Uma história intelectual que se prenda exclusivamente ao “pensamento”, sem considerar seus efeitos práticos, tende a canonizar ações intelectuais pretéritas. Com isso corre-se o risco de supervalorizar no presente ideias que, no passado, poderiam não ser significativas ou não influir sobre o real. Para os fins deste trabalho, isso significa tratar do patrimônio arqueológico e etnográfico efetivamente protegido entre os anos de 1937 e 1961. Para tanto, deveremos ampliar a noção de patrimônio cultural nacional, que deixa de ser necessariamente coincidente com aquele que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) salvaguardou diretamente.¹

No que tange às ações empreendidas no âmbito do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista,² esse patrimônio cultural corresponderia, dentro do recorte temporal abordado por este artigo, aos modos de vida autóctones e “primitivos” (ainda não aculturados) e “sertanejos” ou “neobrasileiros”, em suas respectivas adaptações socioculturais ao meio. As coleções abrigadas pela instituição científica, numa tentativa de representação dessas parcelas ainda não “civilizadas” da população brasileira, cumpriram tanto um papel pedagógico, dando a conhecer um patrimônio cultural autenticamente nacional, quando cognitivo, ao fornecer elementos para um conhecimento sistematizado acerca dessas mesmas culturas.

Desse modo, consideraremos aqui como patrimônio arqueológico e etnográfico protegido por intermédio do Museu Nacional as próprias culturas

¹ As políticas culturais empreendidas pelo governo federal a partir do SPHAN (criado em 1937 pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, e posteriormente renomeado diversas vezes – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1946, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1970, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1979, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, em 1990, e, novamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1994 até os dias de hoje) receberam a atenção de inúmeros estudos, sobretudo a partir da década de 1990. A fim de não repetir aqui uma tentativa de análise dessa vasta historiografia, gostaria de remeter o leitor a um artigo publicado recentemente em que tratamos de forma mais direta desta temática (LOWANDE, 2013).

² O Museu Nacional, que foi transplantado, em 1889 do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista, no bairro carioca de São Cristóvão, na antiga residência de D. Pedro II (local em que permanece até os dias de hoje), foi criado por D. João VI, por meio do Decreto de 06 de junho de 1818, tendo recebido, posteriormente, a denominação de Museu Imperial e, por fim, com o advento da República, seu nome atual.

indígenas e sertanejas e as coleções que elas forneceram, abrigadas ou pelo próprio Museu ou por outras instituições dignas da confiança dos naturalistas dessa instituição, no Brasil ou no exterior.

O campo indigenista e o Museu Nacional

Paulatinamente vão surgindo novos campos de investigação para as práticas de proteção do patrimônio cultural. Isso se deve, certamente, à percepção cada vez mais alargada da importância dessas práticas para a constituição da consciência humana do tempo, especialmente nos contextos de construção de uma ideia de nação. Exemplo disso é a recente expansão da “história do patrimônio” para os domínios das políticas indigenistas e da institucionalização das ciências sociais no país, como se pode observar nos trabalhos de Luís Grupioni (1998) e de Lucieni Simão (2008).

No que diz respeito mais especificamente ao campo do indigenismo, hoje podemos contar com um vasto repertório de trabalhos acerca das políticas indigenistas do Brasil republicano, produzido principalmente por antropólogos, e mesmo com revisões historiográficas críticas a esse respeito. Trabalhos como os de David Hall Stauffer (1960), Darcy Ribeiro (1962 e 1977), Herbert Baldus (1939 e 1951), Expedito Arnaud (1973) e Roberto Cardoso de Oliveira (1968, 1978 e 1981) já são colocados em perspectiva crítica, conforme se pode observar em obras mais recentes, como as de Leandro Mendes da Rocha (2012), João Pacheco de Oliveira (1998 e 2006) e Antônio Carlos de Souza Lima (1989, 2002 e 2005).

Estaria fora de nosso alcance e dos propósitos do presente trabalho fazer uma ampla revisão da bibliografia relacionada ao campo indigenista. O que pretendemos, com base nos trabalhos mencionados, é ter condições de compreender minimamente as políticas indigenistas no período aqui enfocado para que seja possível entender como isso se cruza com as práticas de preservação do patrimônio cultural nacional.

As políticas indigenistas republicanas possuem algumas especificidades que podem ser designadas pela noção de “regime tutelar”,³ cuja expressão se daria em grande medida no trabalho realizado pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 1910 e, a partir de 1918, denominado apenas SPI. Segundo Oliveira e Freire,

o SPI foi a primeira agência *leiga* do Estado brasileiro a gerenciar povos indígenas. Embora em muitos momentos os seus ideólogos enunciem os seus princípios de acordo com uma linguagem positivista (e mesmo com uma retórica anticlerical), o modelo indigenista adotado retoma – como herdeiro – formas de administração colonial empregadas desde os tempos dos missionários jesuítas. Os postos indígenas do séc. XX mantêm muitos pontos de semelhança com os aldeamentos missionários constituídos desde o séc. XVI (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 112).

Esse “regime tutelar” deve ser, todavia, pensado no âmbito de uma reorganização mais ampla do Estado nacional brasileiro. Ao fim da primeira década posterior à derrubada da monarquia no país, havia uma grande porção do território brasileiro ainda totalmente desconhecida, que deveria ser integrada à nação. Far-se-ia necessário demarcar seus limites, franquear-lhe o acesso e possibilitar a exploração racional de seu solo e de seus recursos naturais. Esses propósitos fizeram parte de um rol de anseios científicos mais amplos, que deram ensejo à criação, em 1909, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), ao qual passariam a se submeter tanto o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista quanto o SPI, além de outras instituições de pesquisa preexistentes ou criadas a partir de então.⁴

Conforme demonstram os trabalhos de Lima (1989) e de Oliveira e Freire (2006), as políticas indigenistas se constituíram nesses primeiros anos

³ Baseamo-nos aqui na divisão proposta em Oliveira e Freire (2006).

⁴ Já em 1860, durante o Segundo Reinado, portanto, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cuja estrutura foi mantida até o início do Regime Republicano, quando suas atribuições são incorporadas ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, por meio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. A criação do MAIC, em 1909, por sua vez, corresponde à postura de uma nova elite intelectual, informada por um “positivismo difuso”, que via nas ciências aplicadas o caminho para o progresso da nação brasileira (cf. BHERING; MAIO, 2011).

do século XX em torno de uma rede entretecida por laços administrativos e ideológicos. Lima mostra que para a criação do MAIC foi fundamental a ação de Domingos Sérgio de Carvalho,⁵ da Seção de Antropologia do Museu Nacional e membro da Sociedade Nacional de Agricultura. Segundo Oliveira e Freire, o SPI “foi criado a partir das redes sociais que ligavam os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), do Apostolado Positivista e do Museu Nacional” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 112). Cândido Mariano da Silva Rondon,⁶ que poucos anos antes vinha propondo a criação de uma agência indigenista do Estado, foi convidado a dirigir o recém-criado SPILTN, em função

de sua competência no trato com povos indígenas demonstrada nos trabalhos das Comissões de Linhas Telegráficas e das ideias positivistas sobre os índios, convergentes com os projetos de colonização e povoamento definidos na criação do MAIC (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 113).

Foram esses laços que, portanto, também ligaram Rondon ao Museu Nacional. Participaram da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), posteriormente batizada de Comissão Rondon, dentre outros cientistas, Alípio de Miranda Ribeiro⁷ e Edgard Roquette-Pinto,⁸ ambos naturalistas do Museu Nacional. Num trabalho

⁵ O engenheiro agrônomo Domingos Sérgio de Carvalho (1866-1924), iniciou sua carreira no Museu Nacional em 1895, tendo se tornado professor efetivo de Antropologia e Etnografia nessa instituição. Foi membro da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), técnico interino da Secretaria de Estado de Negócios Agricultura e consultor técnico do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (KEULLER, 2008).

⁶ Descendente de povos indígenas, o mato-grossense Cândido Mariano da Silva (1865-1958) ingressou no exército em 1881 e, dois anos depois, na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Chefiou as atividades na Comissão de Construção das Linhas Telegráficas (que posteriormente passaram a ser conhecidas pelo nome do próprio militar) e foi nomeado o primeiro diretor do SPILTN, em 1910. Após longa e conhecida ação indigenista no país, foi condecorado Marechal em 1955.

⁷ Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939) “foi um dos mais profícuos e importantes naturalistas de sua era, publicando em todos os grupos de vertebrados” (POMBAL JR, 2002, p. 935). Ingressou como Preparador Interino no Museu Nacional em 1894, tendo sido efetivado no próximo ano. Foi ainda nomeado Inspetor de Pesca em 1912.

⁸ O médico Edgard Roquette-Pinto (1883-1954), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ingressou no Museu Nacional em 1905, tornando-se diretor dessa instituição

recente realizado por pesquisadores da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz (HAAG, 2012), enfatizam-se os resultados científicos dessa expedição, preocupação esta cuja importância já se equiparava à de proteção das fronteiras e de expansão agrícola.⁹

Nesse ponto em específico, o positivismo de Rondon nos fornece um importante elemento explicativo para sua participação nas políticas indigenistas nacionais e para o espaço que nelas se foi concedendo ao Museu Nacional e à antropologia. Por um lado, de fato, *não se pode mitificar a atuação do SPI no campo indigenista: suas práticas pacificadoras ceifaram várias vidas imunologicamente despreparadas e visavam sobretudo a “civilizar”*, o que significava retirar os povos indígenas de seu modo de vida peculiar, alçando-lhes à condição de “trabalhadores nacionais”. Mas o respeito positivista de Rondon à ciência conduziu-o a um constante diálogo com os antropólogos do Museu Nacional, e sua postura indigenista notadamente se afastou desse “assimilacionismo” mais grosseiro. O SPI deve, portanto, ser entendido, da mesma forma que tantas outras agências, como um espaço de disputas, e Rondon não se posicionava do lado de sua vertente mais agrária. Rondon, como o demonstra Cavalcanti-Schiell (2009), aproximou-se muito mais da defesa de uma espécie de autodeterminação, o que se assemelhava muito com a postura defendida pelos antropólogos do Museu Nacional.

Essa postura já era encampada por Roquette-Pinto no início do século, a partir dos contatos com a Comissão Rondon. Nas palavras do antropólogo, “nosso papel social deve ser simplesmente proteger, sem procurar dirigir,

em 1926, cargo que ocupou até 1935. Além de sua vasta atividade na área da antropologia, é conhecido pelo papel que desempenhou na história educacional brasileira, tendo sido um dos signatários do Manifesto da Educação Nova e o precursor da educação a distância no país por meio do rádio (cf. DUARTE, 2010; KEULLER, 2008; LIMA; SÁ, 2008).

⁹ Na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional é possível encontrar toda a documentação referente às coleções recebidas por esta instituição em função das expedições da Comissão Rondon – Cx. 06 (lote 2005), pasta 07. Ainda no trabalho de divulgação supracitado, Haag afirma que “o Museu Nacional cresceu a passos largos: entre 1908 e 1916 a instituição recebeu 8.837 espécimes botânicos, 5.637 espécimes zoológicos, 42 exemplares geológicos, mineralógicos e paleontológicos e 3.380 peças antropológicas, tudo originado da Comissão Rondon, conforme assinalado pela pesquisadora Magali Romero Sá, da Fiocruz, outra integrante do projeto” (HAAG, 2012, p. 77).

nem aproveitar essa gente. Não há dois caminhos a seguir. Não devemos ter a preocupação de os fazer cidadãos do Brasil. Todos entendem que índio é índio; brasileiro é brasileiro” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200-201).

Contudo, nos interessa aqui a ação de proteção do patrimônio cultural brasileiro empreendida durante a gestão de Heloisa Alberto Torres.¹⁰ Embora ela tenha sido o principal epígono de Roquette-Pinto, há diferenças epistemológicas entre ambos, cuja compreensão é essencial para que possamos entender melhor como o Museu Nacional lidou com a questão do patrimônio cultural brasileiro.

Heloisa Alberto Torres e o patrimônio cultural brasileiro

Discorrendo sobre os contatos entre povos “civilizados” e “primitivos” no Brasil perante o Rotary Club do Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1968,¹¹ Heloisa Alberto Torres diz o seguinte, referindo-se inicialmente aos índios brasileiros ao tempo do descobrimento:

Formavam eles sociedades humanas, com sistemas econômicos diferentes do nosso, do da civilização ocidental, organização familiar, forma de governo e religião próprias. Em suma, eram grupos que estavam, por assim dizer, situados em etapas mais elementares de desenvolvimento, atrasados, em relação à nossa situação, de alguns milênios.

Não obstante o “atraso cultural” em relação aos “povos civilizados” europeus, ou à “nossa situação”, a cultura indígena apresentaria características “perfeitamente adaptadas ao clima tropical”. Percebe-se, desde já, o caráter antropogeográfico da cultura segundo a aceção de Torres. Domingues destaca esse traço “ecologista” que não escapou ao Museu Nacional, tomando

¹⁰ Sobre a trajetória profissional de Heloisa Alberto Torres, cf. Corrêa (2003); Corrêa e Mello (2008); Dias e Lima (2013); Domingues (2010); Domingues e Petjean (2001); Grupion i (1998) e Ribeiro (2008 e 2010).

¹¹ Seção de Memória e Documentação, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 05, envelope 04. TORRES, Heloisa Alberto. *O índio e a assistência que cumpre dar-lhe*. Palestra da Professora Heloisa Alberto Torres – Rotary Club do Rio de Janeiro. 10 de janeiro de 1968. Original, datil., com correções ms.

como base a proposta, elaborada por Torres, de um inquérito nacional sobre as ciências sociais e antropológicas no Brasil.¹²

No entanto, segundo a palestrante, “obviamente, considerando o estágio cultural mais desenvolvido [Torres risca o termo “superior”] em que nos encontrávamos, em breve passamos a exercer, sobre os índios, a proteção”. Mencionando as iniciativas coloniais e imperiais, Torres afirma que

a verdadeira proteção é obra leiga da República, é obra de Rondon. De Rondon e de alguns de seus amigos, militares, sem dúvida, mas que sobre serem militares, eram positivistas.

Foi, portanto, Cândido Mariano da Silva Rondon, o criador do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e o fez de acordo com as normas educacionais correntes na época, em que o paternalismo tinha força predominante, mas cuja essência ainda hoje é válida podendo resumir-se nos seguintes itens:

- a) respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais;
- b) garantia à posse permanente das terras habitadas pelos índios e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes;
- c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional;
- d) resguardo à aculturação do índio, de forma que as mudanças socioeconômicas se processem a favor de seu desenvolvimento.

É tão grande a dívida de Heloisa Alberto Torres em relação à Rondon, no que tange à compreensão do papel do “civilizado” em relação ao indígena, que é difícil entrever onde sua atuação deixa de ser também “paternalista”. Até mesmo a orientação positivista era comum: segundo Domingues, tanto Torres quanto Roquette-Pinto “se identificavam pelo forte sentimento de

¹² “De fato, o estudo da cultura relativamente ao meio geográfico, como objeto da antropologia, impunha-se nos anos 1930 e 1940. Essa prática antropológica – ou etnológica – ligava-se também à nova ciência, a ecologia, e foi chamada de antropologia ecológica, o que não foi estranho ao Museu Nacional, como se vê nos trabalhos de Luiz de Castro Faria, conforme ele mesmo salienta no projeto de pesquisa que fez para obtenção de bolsa da UNESCO, em 1951. Heloisa Alberto Torres descrevia o antropólogo como um cientista engajado nos problemas e nas questões sociais e, assim, deixava transparecer uma contradição da antropologia: o antropólogo, tal como descrito, não podia fazer ciência neutra” (DOMINGUES, 2010, p. 635).

nacionalidade e, teoricamente, pela orientação positivista, para quem as ciências, neutras e internacionais, constituíam a solução dos problemas do país” (DOMINGUES, 2010, p. 629). Talvez aqui uma distinção real em relação ao protecionismo de Rondon: a ênfase no papel do cientista. Heloisa Alberto Torres introduziu no SPI a Seção de Estudos, que depois foi transferida para o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), órgão consultivo criado em 1939 a fim de orientar as ações do SPI: “não houve alteração da política (teoricamente falando), da filosofia de Rondon; o que o CNPI propôs foi a modificação – consoante normas científicas da educação moderna – dos métodos de aplicação dessa política”. Interessante que as novas concepções educacionais inspiraram-se naquelas propostas a partir de então pela UNESCO, órgão que se ligará posteriormente ao Museu Nacional no intuito de criar o Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA) (DOMINGUES; PETIJEAN, 2010).

Voltemos um instante ao positivismo de Heloisa Alberto Torres. Com base na documentação que consultamos, só podemos afirmar que se trata, no máximo, de uma postura epistemológica, a partir da qual somente uma ciência neutra (e, portanto, internacional) e progressista poderia solucionar os problemas da nação. Isso explica não somente a aproximação de Torres com a UNESCO para o conhecimento e proteção internacional da Amazônia (algo que ainda hoje pode causar no mínimo algum receio de perda de autonomia nacional), mas também o apoio que oferecia aos cientistas estrangeiros em suas expedições ao país, sobretudo quando à frente do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil (*órgão a respeito do qual nos deteremos com mais vagar quando formos tratar das coleções protegidas pelo Museu Nacional*). Num outro manuscrito, que porta o discurso de apresentação das coleções adquiridas por intermédio da atuação do Conselho de Fiscalização, Torres diz o seguinte, em tom de crítica ao texto legal que criou este órgão:

Na hipótese de estarmos em ótimas condições econômicas e podermos manter no campo permanentemente algumas dezenas de naturalistas nacionais para coligar documentação em todos os ramos da história natural, no seu sentido mais amplo, incluindo a

antropologia, – e cumpre notar que, neste particular a urgência em agir é premente, em face da rapidez com que vão desaparecendo as nossas populações indígenas – ainda que pudéssemos, repito manter no campo, permanentemente algumas dezenas de naturalistas hábeis – o que também nos falta em numero tão elevado – a carência da cooperação estrangeira se faria sentir em pouco tempo.¹³

É preciso que fique bem claro: não é que a nação estivesse em segundo plano para Heloisa Alberto Torres. Muito pelo contrário: ela era, afinal, a mulher a quem foi confiada a direção de uma das mais importantes instituições culturais da nação, além de outras igualmente estratégicas para a defesa dos interesses nacionais (a exemplo do próprio Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil). Todavia, seriam os cientistas, em cuja neutralidade Torres cegamente confiava, os únicos indivíduos esclarecidos o bastante para a defesa dos interesses legítimos da nação.

A ciência se afigura, portanto, como valor supremo. É só por intermédio dela que a nação pode progredir ou se desenvolver:

em face dessa complexidade da estruturação das culturas, do seu caráter eminentemente dinâmico, nenhum país, que se tenha em conta de progressista, pode fazer tábua rasa do que tem sugerido estudo teórico dos problemas da cultura e do que, em aplicação, vem tentando realizar a Antropologia.¹⁴

Assim, o patrimônio cultural, para Torres, era também científico.

Mas de que maneira a noção de cultura seria abordada no seio da ciência antropológica pela qual advogava? No início de um documento que

¹³ Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 15, envelope 109. S.l., s.d. Original, ms., 28p. Trata-se do Decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933, que, segundo Torres (nesse mesmo documento), “considerava num mesmo plano todas as excursões: as de turistas que pretendessem colecionar curiosidades, as de natureza industrial, ou científica”.

¹⁴ Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 05, envelope 04. S.l., s.d. Original, Datil., com correções ms, 7 p. Não há título nesse documento. Todavia, o seu último parágrafo não deixa dúvidas quanto a tratar-se de uma palestra, ainda que não seja possível afirmar a que público tenha sido dirigida.

Para além da pedra e cal: o Museu Nacional e as ações de preservação...

parece ser o esboço de um guia das exposições antropológicas do Museu Nacional, podemos encontrar definidas a Antropologia e a Etnografia, em seus sentidos estritos:

como “Ciência do Homem”, a Antropologia se propõe a estudar:
a) Como *Antropologia* propriamente dita, os problemas da descendência humana, a classificação das raças, as variedades humanas. Baseia-se na Anatomia Comparada, na Antropometria, na Craniologia e em outras ciências descritivas do corpo humano e de suas funções.

b) Como *Etnologia*: todos os aspetos do produto das atividades humanas ou, numa palavra, da cultura. Assenta os seus fundamentos na Etnografia, na Linguística, na Arqueologia, na Musicologia, na História das Artes Técnicas, das Artes Plásticas, etc.¹⁵

Se nesse documento a divisão dos dois ramos do conhecimento aparece de forma mais ou menos clara, não é isso que ocorre, na prática, na atuação cotidiana do Museu (que continuava trabalhando nas duas frentes disciplinares), conforme se pode depreender das falas de sua diretora. Numa outra palestra, Heloisa Alberto Torres dizia o seguinte:

uma particularidade feliz presidiu à eclosão dos ramos das ciências sociais constituídas em tempos mais recentes; já nessa época o reconhecimento crescente do entrecruzamento de todas as trilhas humanas estabelecia as condições para que as tradicionais barreiras de isolamento se esboroassem por completo.¹⁶

Além de louvar esse entrecruzamento das ciências, Torres ainda afirma o seguinte:

¹⁵ Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Coleção Heloisa Alberto Torres, Caixa 05, envelope 08. S.l., s.d. Cópia carbono, datil., 66p, p. 1.

¹⁶ Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 05, envelope 04. S. l., s.d. Original, Datil., com correções ms, p. 7.

embora aqui interesse somente o que hoje se chama de Antropologia Cultural ou Antropologia Social, apenas excepcionalmente a conclusão de um estudo apresentaria segurança se um aspecto biológico do problema não fosse também considerado com a atenção devida, não só na significação que porventura imprimisse aos fundamentos desse problema como na correlação eventual com fases ou aspectos específicos do mesmo.¹⁷

Em outro documento (o projeto de criação do Instituto de Antropologia do Museu Nacional),¹⁸ Heloisa Alberto Torres se pergunta:

como poderá a Cultura ignorar que tem, como *substratum* necessário, o Homem na diversidade de formas, aptidões e temperamentos? Como poderá o físico-antropologista desconhecer que os hábitos culturais podem influir no aspecto físico das populações que estuda?

Em seguida vem o arremate:

desconhecimento ou esquecimento de qualquer política eugênica visando a um melhor futuro para a humanidade não é possível sem o justo conhecimento das populações presentes e que este será sempre falho sem a visão do passado, sem a noção clara da sua gênese e evolução.

As citações aqui trazidas bastam para mostrar que a cultura humana é entendida em seus aspectos mais amplos numa ciência antropológica que, se não abandonou de todo a paixão pelas caveiras, havia absorvido as conclusões mais recentes da etnologia ou da antropologia cultural, enquanto Roquette-Pinto ainda enfatizava a relação cultura-fisiologia, não obstante tenha sido um dos primeiros defensores entre os brasileiros de um relativismo cultural inspirado no historicismo boasiano (cf. KEULLER, 2008; DUARTE, 2010; ROQUETTE-PINTO, 1937; BOAS, 2004; STOCKING JR, 1968). Heloisa Alberto Torres considera como importantes para compreender a gênese e evolução dos povos humanos a fisiologia, a bio e a antropogeografia, a

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Coleção Heloisa Alberto Torres, Caixa 14, envelope 100. Justificação. S.l., s.d. Original, datil., com correções ms., 8p.

psicologia, dentre outros ramos das ciências. A “eugenia”, que via de regra se confunde com “branqueamento” das populações não brancas (ou mesmo sua extinção), em função das origens dessa corrente de pensamento no século XIX, podia significar também um desenvolvimento humano amplo. No caso dos povos indígenas, uma política eugênica, segundo a acepção empregada por Heloisa Alberto Torres, significaria a garantia de seu desenvolvimento físico e cultural autônomo de forma harmônica com seu meio natural.

O aspecto evolutivo dessa noção de cultura explica também o interesse dirigido às culturas indígenas. O que causava fascinação era seu estágio primitivo de desenvolvimento cultural: o território brasileiro abrigaria uma incomensurável riqueza científica, uma vez que o conhecimento desses diversos estágios culturais permitiria lançar luz no desenvolvimento cultural humano geral. Segundo as palavras de Heloisa Alberto Torres,

A história prolongada por uma visão dos fatos da proto-história e da pré-história desenrola à observação do antropólogo uma sequência tão extensa do problema da cultura que vão surgindo novas teorias a seu respeito, teorias que se vão encaminhando para uma *interpretação neoevolucionista da cultura* [itálicos nossos].

Mas, por outro lado, se a cultura é processo, mudança, desenvolvimento, isso acaba gerando uma espécie de sentimento contraditório em relação à tutela que se deseja direcionar aos índios brasileiros. Deve-se permitir o desenvolvimento autônomo dessas comunidades, mas, de forma diversa, a cultura indígena é apresentada como estacionária, a-histórica. O primitivo é aquele cujo desenvolvimento cultural cessou em tempos remotos. O Brasil seria rico cientificamente (especialmente do ponto de vista etnográfico e arqueológico) por possuir várias amostras desse povo que “parou no tempo”. O que interessa são os estudos estruturais amplos (como o que se iniciou, já na década de 1950, em Arraial do Cabo, RJ, sob sua supervisão). Se, numa mão, a cultura é concebida de forma evolutiva, por outro e contraditoriamente o homem quase que se dilui ecologicamente em seu meio, como se não fosse mentalmente apto à história. Espaço e tempo se conjugam assim de modo a indicar quem tutela e quem é tutelado.

O Museu Nacional e a proteção das culturas indígenas por meio das políticas indigenistas

Durante o período que nos ocupa, a participação direta do Museu Nacional nas políticas indigenistas brasileiras se deu no âmbito do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), criado pelo Decreto-Lei nº 1.794 de 22 de novembro de 1939. O CNPI era composto por sete membros, designados por decreto presidencial, sendo que deveria contar com o diretor do SPI, um representante do Museu Nacional e outro do Serviço Florestal. Esse órgão consultivo, como tantos outros criados no governo de Getúlio Vargas, visava a um planejamento sistemático e profissional no âmbito de suas políticas públicas e possuía como metas específicas o estudo das questões indígenas e a sugestão de medidas a serem adotadas pelo poder público, especialmente pelo SPI, no que diz respeito a esse assunto (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 128 ss).

Rondon presidiu o CNPI até 1955, quando foi substituído por Heloisa Alberto Torres, que, por sua vez, permaneceu à frente desse Conselho até 1967, quando de sua extinção e criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Segundo Adélia Ribeiro,

Heloísa Alberto Torres foi conselheira do órgão, desde sua criação, insistindo para que interferisse nos aspectos técnico-administrativos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a fim de que se estabelecessem uma mais franca cooperação entre ambos, CNPI e SPI (RIBEIRO, 2010, p. 86).

Interessa, para os fins do presente trabalho, saber se essa atuação de Torres representa alguma modificação das políticas indigenistas anteriores e a relação disso com uma preocupação de proteção do patrimônio cultural nacional.

Vimos insistindo na afinidade entre Rondon e Museu Nacional, e na coalizão destes em torno da autodeterminação indígena contra os interesses exclusivamente econômicos (coalizão esta muitas vezes pouco efetiva no SPI, não obstante o peso da influência rondoniana). Não é possível encontrar

entre Torres e Rondon nenhum tipo de divergência. Muito pelo contrário: a relação entre ambos era, claramente, de admiração e respeito mútuos. No entanto, há um ponto específico defendido com mais insistência por Torres, como vimos: trata-se da necessidade de *conhecer* antes de *proteger*. A obra dos *sertanistas* devia ser precedida pela dos *cientistas*. Há, portanto, uma diferença entre o caráter científico de Torres e o sertanista prático de Rondon. Não que Torres também não tivesse se embrenhado na *selva* ou no *sertão*; por várias vezes ela o fez no seu tempo de mocidade, de pesquisadora e professora do Museu Nacional. Não também que Rondon fosse um bruto; sua sólida formação na Escola Militar da Praia Vermelha, somada à sua curiosidade e experiência de vida, faziam-no uma autoridade inquestionável no assunto. A diferença era, certamente, de ênfase.

Ao menos essa pequena cisão não passou despercebida, seja na análise de Oliveira e Freire, seja na de Adélia Ribeiro. Os primeiros notam que a gestão de Torres

foi o período em que o Conselho contou com inúmeros cientistas sociais como membros, entre os quais Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. A presença indígena no meio urbano, assim como a integração com o indigenismo latino-americano estiveram entre as principais polêmicas do CNPI. Foi no âmbito do Conselho que foram gestados os planos para uma nova política indigenista a ser implementada na FUNAI a partir de 1968 (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 130-131).

Ribeiro, por sua vez, também nota que o círculo científico se fortaleceu no CNPI a partir do comando de Torres:

Ao longo dos anos, conviveu não apenas com Rondon, seu amigo pessoal, mas com Darcy Ribeiro, David Azambuja, Jorge Ferreira, Noel Nutels, Raymundo de Vasconcellos Aboim, Roberto Cardoso de Oliveira, Orlando Villas Bôas, dentre outros. Trouxe para o CNPI a ex-Seção de Estudos do SPI, criando a nova Seção de Documentação e Divulgação do CNPI, através do Decreto n. 10.652, de 16 de outubro de 1942 com o fito de, ao se verificar a impossibilidade das pesquisas manterem seu ritmo no SPI, assumir a continuidade das atividades de pesquisa (RIBEIRO, 2010, p. 87).

A própria Heloisa Alberto Torres destaca essa mudança de postura:

É certo que o exercício da proteção aos índios motivado pelo idealismo e devotamento heroicos, que caracterizaram a fase executada por Cândido Mariano da Silva Rondon e os companheiros, que dele se acercaram, não se ajusta às condições de vida moderna marcada pela marcha decidida para a industrialização e, entre nós, de pioneirismo exploratório cada vez mais acentuado. Substituiu a fase científica: o exame das condições de vida de cada grupo indígena relativamente ao seu habitat, à sua cultura e às condições de contacto com os civilizados, o balanço dos recursos que as ciências sociais oferecem, em seus campos de aplicação, além da lição proporcionada por uma experiência de 50 anos (1912-1962) de proteção aos índios.¹⁹

É sabido que esse posicionamento não encontrou as condições necessárias para gerar seus almeçados frutos. São largamente conhecidos os problemas de falta de verbas do SPI, a barreira dos interesses mercantis e locais e, inclusive, os problemas de corrupção que conduziram à crise do SPI e à criação da FUNAI. É igualmente conhecido o fato de que a implantação da FUNAI por um governo autoritário, mas submisso ao mercado internacional (submissão travestida sob o manto do “desenvolvimentismo”), não alterou a situação em relação ao órgão que lhe precedeu. Todavia, experiências bem-sucedidas, como a demarcação do Parque Nacional do Xingu por obra dos irmãos Villas Bôas, por exemplo, não podem ser compreendidas sem que se considere a discussão prévia proporcionada pelo esforço dos membros do Museu Nacional, especialmente por Heloisa Alberto Torres, que continuou atuando em diversas frentes no campo do indigenismo brasileiro, conforme atesta Ribeiro (2010, p. 87-88).

Percebe-se aqui, claramente, que se trata de uma atividade preservacionista, cujo objeto era um patrimônio cultural específico, e cuja proteção pelo Estado nacional brasileiro, no bojo de outras políticas culturais, fazia-se imprescindível. O ser humano, embora considerado um só, diferenciar-

¹⁹ Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 07, envelope 18, 13/13 (0124). Datil., com correções ms., [p. 3 de um documento incompleto, crítico ao SPI].

se-ia, conforme já propusera Roquette-Pinto, por um “verniz cultural”, em diferentes estágios de evolução. Entender o grau desse desenvolvimento seria igualmente encontrar respostas para importantes problemas científicos, como a diferenciação étnica sul-americana e, de maneira mais ampla, as características gerais desses processos ao longo do globo e do tempo. Não por acaso antropólogos norte-americanos e europeus voltaram seus olhos (e seus recursos), a um só tempo e de modo tão importante, para o que se chamava “americanismo”. Não é possível, portanto, continuar encarando essas políticas culturais específicas como acessórias no âmbito do Estado brasileiro.

As coleções

Uma segunda forma de proteger esse patrimônio cultural e científico representado pelos modos de vida das populações autóctones do Brasil seria por meio das práticas de colecionismo. Esse foi um ramo de atuação especialmente importante no âmbito do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, principalmente a partir dos instrumentos fornecidos pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Segundo Luís Grupioni, o estudo dessa instituição conduz

ao problema da nacionalidade e do patrimônio histórico e cultural que lhe dá suporte, onde o que interessa não são os índios reais, mas a herança que eles poderiam deixar para a nacionalidade brasileira. A discussão deve deslocar-se, assim, do eixo do destino dos índios para o da imagem do índio e de seu legado. É como patrimônio que os índios interessam ao Conselho de Fiscalização e é nesta ação particular de preservação que o Conselho ocupa lugar e papel no campo indigenista brasileiro (GRUPIONI, 1998, p. 44).

O Conselho de Fiscalização foi um instrumento criado pelo Ministério da Agricultura no intuito de cumprir as determinações do Decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933. Ao Conselho competiria, portanto, “fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa de particulares e sem vinculação

institucional, e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território brasileiro” (GRUPIONI, 1998, p. 53-54).

Luís Grupioni foi quem mais diretamente tratou desses problemas em seu livro *Coleções e expedições vigiadas* (1998). É possível encontrar nesse trabalho uma consistente análise sobre o papel que uma determinada rede de agências e agentes desempenhou na proteção desse patrimônio específico, representado pelas coleções arqueológicas e etnográficas adquiridas em território nacional. Grupioni mostra que essas redes inseriam-se na confluência do campo indigenista com o intelectual mediante a análise de um amplo espectro documental, em especial da legislação pertinente e da documentação institucional do Conselho de Fiscalização.

De fato, os grupos do Museu Nacional e de Rondon encabeçaram os projetos de criação de um órgão federal que garantisse a posse desse patrimônio material, de cuja relevância científica não restava dúvidas (GRUPIONI, 1998; DUARTE, 2010; LIMA, 1989). Tratava-se, também, de uma questão de soberania nacional. Por um lado, os cientistas brasileiros ressentiam-se do fato de que esse verdadeiro tesouro científico e cultural estaria rendendo mais pesquisas às instituições estrangeiras, dada a superioridade de recursos, que às brasileiras.²⁰ Por outro, era necessário restringir a circulação de estrangeiros num território que, a todo custo, pretendia-se nacionalizar.

Essa situação de falta de controle sobre o recolhimento de artefatos arqueológicos e etnográficos, mas também botânicos, zoológicos e mineralógicos, feria em especial ao Museu Nacional. Seus naturalistas viam o prestígio da instituição decrescendo diante do que parecia uma verdadeira apropriação ilícita, por instituições congêneres internacionais, daquilo que seria patrimônio brasileiro. As coleções recolhidas por Rondon, Roquette-Pinto e Alípio Miranda haviam enriquecido de maneira expressiva as reservas do Museu, mas não era possível depender apenas de empreendimentos como a Comissão de Linhas Telegráficas, que, sabia-se, não duraria eternamente.

²⁰ De acordo com Keuller (2010, p. 127), essas reclamações remontam aos últimos anos do século XIX.

A principal estratégia de combate a essa situação se deu a partir da ocupação dos espaços institucionais criados durante o governo de Getúlio Vargas. A posição ocupada por Heloisa Alberto Torres nas instituições e redes relacionadas tanto ao campo indigenista como intelectual possibilitou-lhe uma boa margem de manobras no interior do Conselho de Fiscalização. Até o desligamento coletivo do órgão em 1939, do qual ela fez parte e o qual, muito provavelmente, encabeçou, sua presença garantiu que sucessivas regulamentações favorecessem os interesses do Museu Nacional. Cabe aqui analisar mais detidamente a forma como isso se deu.

O argumento da necessidade de especialização, via de regra, funcionava de modo a garantir maior legitimidade às instituições científicas. Grupioni mostra que esse tema foi alvo de acalorados debates no interior do Conselho de Fiscalização.²¹ Desobrigar um membro do Conselho de ser um especialista nas áreas que o órgão cobria significava liberar essa cadeira para interesses políticos que dificilmente seriam os mesmos que os científicos. Enquanto Heloisa Alberto Torres pôde controlar a seu favor o Conselho, o destino das coleções apreendidas em geral obedecia aos interesses do Museu. Isso pôde ser observado enquanto vigorou o regulamento de 1934, que substituiu o primeiro, considerado “draconiano” por Torres. A esse respeito, ela se pronuncia da seguinte maneira:

Conscientes de que desserviam aos interesses do país e da ciência, trabalhando dentro daquelas normas, os naturalistas convidados para representar este instituto no Conselho e entre eles se achava então o Prof. Mello Leitão, na primeira reunião do Conselho expuseram ao então Ministro da Agricultura, dr. Juarez Tavora, o seu modo de pensar. Com visão esclarecida do nosso problema de fiscalização ordenou, em boa hora, o sr. Ministro que o Conselho iniciasse os seus trabalhos pela elaboração de novo regulamento mais conforme aos interesses dos estudos científicos. O decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934 dava nova organização ao Conselho de Fiscalização.²²

²¹ Cf. Grupioni (1998), especialmente o segundo capítulo.

²² Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 15, envelope 109. Esse documento, manuscrito, referente a uma palestra proferida pela então Vice-Diretora do Museu Nacional para a abertura da exposição fruto das coleções conseguidas por intermédio do Conselho de Fiscalização entre os anos de 1934 e 1935, também foi analisado

Esse mesmo documento nos permite compreender o quanto o Conselho de Fiscalização contemplara os anseios científicos e preservacionistas do Museu Nacional, embora fosse sugerido o progressivo aprimoramento da legislação:

Acolhido com a reprovação de muitos que recebiam se transformasse em obstáculo para a pesquisa científica em nossa terra, com a descrença de outros que nele viam apenas um novo órgão absolutamente ineficiente pela impossibilidade material de exercer fiscalização real, o Conselho pode hoje responder com documentos e fatos que ambos os prognósticos foram verificados falsos.

Não há um protesto, uma queixa de excursionista licenciado contra a ação do Conselho, ao contrário aqui no Museu sempre tenho recebido palavras de louvor e de agradecimentos.

Por outro lado, não me consta tenha havido excursão visando estudos etnográficos, no território nacional de que o Museu não tivesse direta ou indiretamente beneficiado. Quando não foram recolhidos nesta casa espécimes etnográficos, sempre recebemos informações referentes aos trabalhos realizados: roteiros, fotografias, vocabulários, indicações de jazidas paleoetnográficas, notícias sobre pequenos restos de populações indígenas dispersos em localidades do interior e que se julgavam completamente extintas. De qualquer maneira documentação útil.

A palestra em que essas palavras foram proferidas apresentava três conjuntos concretos da efetivação dos objetivos preservacionistas dos antropólogos do Museu Nacional. O primeiro constituía-se de artefatos etnográficos e zoológicos adquiridos ilegalmente por um excursionista estrangeiro de nome Basilly Sampieri. O segundo foi doado, em cumprimento à legislação vigente, por Emil Heinrich Snethlage (comissionado pelo Museu de Berlim e sobrinho da ornitóloga Emília Snethlage, que trabalhara no Museu Nacional), e era composto por 250 objetos indígenas da região do Guaporé, além de precioso relatório deixado na instituição. O terceiro foi adquirido pelo Museu Nacional, graças à preferência de compra determinada legalmente,

por Grupioni (1998). Com base na Ata da 50ª reunião do Conselho, ocorrida em 26 de março de 1936, o autor conseguiu, com bastante precisão, apontar a data em que provavelmente foi proferida a palestra: 6 de maio de 1936, às 14h30.

de Curt Nimuendajú,²³ sendo composto de uma coleção completa dos índios “Canela”.

Grupioni ainda elenca uma série de outras aquisições do Museu Nacional, que se deram por intermédio do Conselho de Fiscalização. Além dessas, é importante mencionar o controle que a instituição museológica tinha sobre as expedições realizadas pelos mais importantes americanistas do mundo, sempre na dependência burocrática do Conselho (ao passo que o Museu Nacional se encontrava na dependência econômica dessas expedições internacionais), como se pode observar, dentre outros casos, na expedição empreendida por Claude e Dina Lévi-Strauss.²⁴ Após tensas negociações, Torres conseguiu enfim fazer com que Luís de Castro Faria os acompanhasse à Serra do Norte, na condição de fiscal do Conselho, levando Grupioni a afirmar, com razão, que “ao longo dos anos, o Museu Nacional aparece como o grande beneficiário das ações de fiscalização do Conselho” (GRUPIONI, 1998, p. 83).

Conclusão

O patrimônio cultural cumpre uma função elementar para a vida humana: ele assegura um sentido e uma identidade para a ação de agrupamentos humanos que, por algum motivo, imaginam-se como uma comunidade. Bem antes da criação no Brasil, em 1937, de um órgão que passou a ser visto como o protetor do patrimônio cultural brasileiro,

²³ O alemão Curt Unkel (1883-1945) é, segundo Eduardo Viveiros de Castro “o nome mais conhecido da etnografia brasileira, coisa que não se pode dizer de sua vasta obra, ainda parcialmente indisponível em português, e ainda à espera de uma edição crítica integral. A tradição lendária que cerca sua vida tem, do mesmo modo, recebido mais atenção que as lendas e tradições dos índios e cujo estudo ele se dedicou durante quarenta anos, de 1905 até sua morte em 1945, em uma aldeia tikuna do Alto Solimões” (CASTRO, 1997, p. 262,). Tornou-se “Curt Nimuendaju” após ser adotado, em 1914, pelos Apapocuva-Guarani do Estado de São Paulo. Transformou-se, de forma autodidata, em um dos maiores especialistas mundiais sobre as culturas indígenas da América do Sul, tendo colaborado com importantes estudiosos e museus internacionais. Pelo mesmo motivo tornou-se um importante colaborador do Museu Nacional (cf. CASTRO, 1997; GRUPIONI, 1998).

²⁴ Cf. Correia (2003). Para uma análise pormenorizada dessa expedição, cf. Grupioni (1998) e Valentini (2010).

instituições museológicas, como os museus históricos, artísticos e de história natural, já procuravam dar conta dessa carência básica, atestando, por meio de objetos colecionados, uma identidade nacional que poderia ser validada por uma existência material no tempo, fosse ela símbolo de uma tradição exemplar a ser repetida no presente ou um progresso inevitável que poderia ser perscrutado a partir do passado.

O SPHAN, para os antropólogos do Museu Nacional, era apenas mais uma instituição a ser ocupada como parte de um esforço mais amplo de proteção daquilo que, para esses intelectuais, era o principal patrimônio cultural do país: as culturas ainda intocadas pela civilização ocidental e que habitavam o território nacional. Essa ocupação de fato ocorreu, seja na composição majoritária do seu Conselho Consultivo,²⁵ seja com contribuições em suas publicações,²⁶ seja ainda assumindo uma posição de “técnicos *ad hoc*” do SPHAN para assuntos de arqueologia e etnografia (Cf. SIMÃO, 2008).

No entanto, a historiografia sobre as políticas públicas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, embora de fundamental papel crítico, tendeu a fechar os olhos para o que não estivesse situado dentro do próprio SPHAN. Isso porque essa produção historiográfica tinha como meta primordial, desde o início, resolver as próprias carências de sentido e de identidade do órgão no qual estava inserida (LOWANDE, 2013). Com relação ao patrimônio cultural especificamente indígena, se, de fato, ele não existia para o projeto de modernização nacional encampado pelo ideal corporativo do governo de Getúlio Vargas – motivo pelo qual ficou quase totalmente fora das políticas do SPHAN (não fosse a participação do Museu Nacional o ficaria de todo) –,

²⁵ Dentre os 12 membros que compuseram na primeira reunião do Conselho Consultivo do SPHAN (9 de maio de 1938), estavam presentes Edgard-Roquette Pinto, Alberto Childe, Raimundo Lopes e a própria Heloisa Alberto Torres, na condição de dirigente de um dos museus nacionais. Com exceção da última, que deixou o Conselho em 1955, em função de ocupar a cadeira reservada aos diretores do Museu Nacional no órgão colegiado, todos os demais ali permaneceram até o fim da vida.

²⁶ A Torres (1937 e 1940); Roquette-Pinto (1937); Lopes (1939) poderíamos acrescentar também outros autores, que, se não foram funcionários do Museu Nacional, estiveram, de uma forma ou de outra, ligados diretamente a essa instituição: Cruls (1941 e 1942); Estevão (1938 e 1939); Pinto (1938) e Nimuendaju (1944).

esse patrimônio ficou uma segunda vez apagado por uma historiografia que não conseguiu ver para além dos monumentos arquitetônicos de pedra e cal.

Bibliografia

- ARNAUD, E. Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 1973.
- BALDUS, Herbert. A necessidade do trabalho indianista no Brasil. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, n. 142, p. 133-156, 1939.
- _____. Os problemas da atração do indígena brasileiro ao contato com o branco, *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, CXLII, 1951.
- BHERING, Marcos Jungmann; MAIO, Marcos Chor. Ciência, positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República. *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46, p. 689-709, jul/dez 2011.
- BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana, 1883-1911*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Comentário ao texto “Habitação dos timbiras”, de Curt Nimuendaju. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 26, p. 262-263, 1997.
- CAVALCANTI-SCHIEL, Ricardo. A política indigenista, para além dos mitos da Segurança Nacional. *Estudos avançados*, v. 23, n. 65, p. 149-164, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100011>. Acesso em: 08.01.2013.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- CORRÊA, Mariza; MELLO, Januária [Orgs.]. *Querida Heloisa/Dear Heloisa: cartas de Campo para Heloisa Alberto Torres*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, Unicamp, 2008.
- CRULS, Gastão. Decoração das malocas indígenas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 5, p. 155-167, 1941.

- _____. Arqueologia amazônica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 169-220, 1942.
- DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 34, p. 199-222, 2012, p. 207.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 5, n. 3, p. 625-643, set.-dez. 2010.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; PETIJEAN, Patrick. A UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a antropologia no final dos anos 1940. In: FAULHABER, Priscilla; TOLEDO, Peter Mann de. *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia, s.l., s.d.*, pp. 83-109, 2001. Disponível em: <http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/11/69/57/PDF/PP2001_IHA_antropologia.pdf>. Acesso em: 19.05.2013.
- DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ESTEVÃO, Carlos. Resumo histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 2, p. 7-19, 1938.
- _____. A Cerâmica de Santarem. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 3, pp. 7-33, 1939.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi Grupioni. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: ANPOCS: Editora Hucitec, 1998.
- HAAG, Carlos. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 195, 74-79, maio 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/05/Pesquisa_195-27.pdf>. Acesso em: 28.12.2012.
- KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos,*

- ideias e instrumentos (1876-1939). (Tese de Doutorado). FFLCH/USP, 2008.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo*. Notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1989. Disponível em: <<http://laced.etc.br/site/pdfs/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20do%20PPGAS%20n%C2%BA13.pdf>>. Acesso em: 18.12.2012.
- _____. Diversidade cultural e política indigenista no Brasil. *Tellus*, n. 3, Campo Grande, outubro de 2002. Disponível em: <<http://laced.etc.br/site/pdfs/Diversicultural.pdf>>. Acesso em: 27.12.2012.
- _____. Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In: LESSA, Carlos [Org.]. *Enciclopédia da brasilidade: auto-estima em verde amarelo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, pp. 218-231, 2005. Disponível em: <<http://www.laced.mn.ufrj.br/pdfs/017%20antonio%20carlos%20de%20souza%20lima.pdf>>. Acesso em: 22.12.2012.
- LIMA, Nísia Trindade de; SÁ, Dominichi Miranda de. *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LOPES, Raimundo. Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 3, p. 151-186, 1939.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Orientando-se em meio a lapsos: considerações sobre a produção historiográfica relativa às políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. *Revista CPC*. São Paulo, n. 15, p. 50-66, nov. 2012-abr. 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/rev15_artigo3.pdf>. Acesso em: 04/09/2013.
- NIMUENDAJU, Curt. A habitação dos Timbira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 76-101, 1944.

- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003>. Acesso em: 17.12.2012.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. El desarrollo de los grupos selvícolas del Brasil. *Anuario Indigenista*, v. 28, dec. 1968.
- _____. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Território Brasileiro; Brasília: UnB, 1978.
- _____. *O índio no mundo dos brancos*. 3. ed. Brasília: UnB, 1981.
- PINTO, Estevão. Alguns aspetos da cultura artística dos Pancarús de Tacarutú. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 2, p. 57-92, 1938.
- POMBAL JR., JOSÉ P. Ribeiro ou Ribeiro-Miranda? Nota biográfica sobre Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939). *Revista Brasileira de Zoologia*, Curitiba, v. 19, nº 3, p. 935-939, 2002.
- RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich. Marina de Vasconcelos e as ciências sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 17-41, jun. 2008.
- _____. Uma mulher intelectual em tempos pioneiros: Heloísa Alberto Torres, nação e a formação das ciências sociais brasileiras. In: *Boletín Oitaken*, n. 10, nov. 2010, p. 82. Disponível em: <<http://onteaiken.com.ar/ver/boletin10/1-6.pdf> > Acesso em: 07/02/2012.
- RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.
- _____. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- ROCHA, Leandro Mendes. A política indigenista como objeto de estudo: 1930-1967. *História revista*, v. 1, n. 1, p. 105-123, jan./jun. 1996.

- Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/11051/7301>>. Acesso em: 26.12.2012.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. Estilização. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 52-67, 1937.
- _____. *Rondônia: antropologia – etnografia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- SIMÃO, Luciene de Menezes. *A semântica do intangível: considerações sobre o Registro do ofício de paneleira do Espírito Santo*. (Tese de Doutorado). Niterói, RJ: Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense, 2008.
- STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*, São Paulo, USP, 1960.
- STOCKING JR., George W. *Race, culture, and evolution: essays in the history of anthropology*. New York: The Free Press, 1968.
- TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-30, 1937.
- _____. *Arte indígena da amazonia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940 (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Saúde).
- VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, FFLCH/USP, 2010.

